



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 391/2022

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita acesso a cópia do arquivo .msg referente ao e-mail enviado pela Professora [REDACTED] em 22 de março de 2022, referente à assinatura da mesma em um documento contendo dados pessoais do Sr. [REDACTED] relativos à imagem dele.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 391/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta a Autarquia deu conhecimento à requerente do Parecer CJ/CEETEPS 222/2022, que reiterou as conclusões do citado Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021, reconhecendo o abuso de direito praticado pelo solicitante, para justificar o não atendimento da demanda. Em resposta ao recurso, em grau de 1ª Instância, o órgão reiterou a vigência do referido Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021 e fez referência ao novo Parecer CJ/CEETEPS 222/2022, que fundamenta a negativa do acesso às informações requeridas pela interessada. Inconformada, a requerente apresentou apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar, o órgão informa que o erro de consentimento não dá acesso a dados pessoais de terceiros, tem que constituir representante legal com procuração e firma reconhecida, caso não seja o próprio titular de dados pessoais requisitados.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que assiste razão ao ente ao não atender, com base em pareceres jurídicos emitidos e na manifestação complementar emitidos pelo CEETEPS, conforme consta dos autos do processo CEETEPS-EXP-2022/32510.
5. Considerando que o órgão indicou para a solicitante as razões de direito para a negativa total do acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2015 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202205669A